

**Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de
Manutenção e
Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
Educação – FUNDEB Gestão 2023/2026**

ATA DA REUNIÃO ESPECÍFICA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, no auditório da Sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, situada na Rua Guanabara, 3603 – Extensão do Bosque, às quatorze horas e quinze minutos, reuniram-se de forma híbrida presencial os seguintes conselheiros: Representante dos Pais/Responsáveis dos Alunos da Educação Básica Pública: Marta Janete Martins Guimarães Mattos (Presidente) e Luana da Costa Valente Soares de Goyano. Representantes do Poder Executivo Municipal: Mônica Beatriz de Oliveira Barcelos Pessanha e Roberta Fernandes Rodrigues. Representante do Conselho Municipal de Educação – CME: Denise Pinheiro das Neves. Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas: Alan da Silva. Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública: Sidnei Nunes. Representante do Conselho Tutelar de Rio das Ostras: Mariana Cristina Gonçalves. E de forma online: Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas: Sheila Cristhiane de Almeida Isidório. Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas: Natália Noronha Alves. Registrada a ausência justificada de Rafael Davino Araújo. A Presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos os Conselheiros participantes e os convidados. Os convidados se apresentaram, como Júlio César dos Santos Marins, Secretário Municipal de Fazenda e Júlio César Fernandes, Contador e Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Fazenda, representando o Secretário de Educação a sra. Noélia dos Santos Martins e o sr. Wilson Tavares da Costa. O sr. Secretário Júlio César agradeceu o convite e se colocou a disposição do colegiado para elucidar as dúvidas. A Presidente ressaltou que a primeira dúvida é em relação a análise dos balancetes, que ao comparar, Folha de Pagamento e Balancetes, encontramos divergências, quanto ao salário-família. A Conselheira Roberta acrescentou ao questionamento da Presidente, que isso acontece sempre nos mesmos grupos. O sr. Júlio César Fernandes explicou que o salário-família que são pagos aos servidores que não são efetivos do Município são descontados do INSS. A Presidente perguntou sobre o número de funcionários, que não coincide ao comparar Folhas de Pagamentos com os Balancetes. O sr. Secretário Júlio César explicou que em relação ao número de funcionários pode ser erro de digitação. Dando continuidade, a Presidente falou da dificuldade de entendimento das retiradas das contas mesmo que depois sejam compensadas. O sr. Secretário Júlio César explicou que não sabe informar, pois na verdade o que sua equipe visualiza na elaboração dos balancetes é a conta financeira de onde vem o recurso diretamente do FUNDEB, em relação a essa conta de transferência que é transitória para a folha de pagamento do servidor. O sr. Júlio Fernandes, explicou que a mudança na legislação previa a criação de uma conta específica para pagamento dos servidores, essa conta específica no Itaú onde se faz a transferência de valores para folha de pagamento, e em caso de devolução de valores esses recursos retornam, ou no caso de devolução aos cofres públicos que aparece na folha de pagamento os valores retornam para o FUNDEB, essas são as únicas situações transitórias que acontecem. O sr. Wilson Tavares explicou que a dúvida é em relação aos valores que foram analisados no final do ano na conta principal do FUNDEB. O sr. Secretário Júlio César explicou que eram valores que estavam retidos com consignado no Município e que só agora conseguiram fazer essas transferências. A conselheira Roberta perguntou pela demora em fazer esses pagamentos. O sr. Secretário Júlio César Secretário explicou que o ideal seria efetuar o pagamento até o décimo dia do mês subsequente, mas por situações da outra parte, as vezes não conseguimos. Dando continuidade, o sr. Secretário Júlio César perguntou se o conselho já analisou os balancetes este ano, pois há um INSS de janeiro que não foi repassado e temos que investigar pois, provavelmente no momento em que foi feito o pagamento, pode ter sido com recurso ordinário próprio da Educação e não com o FUNDEB,


apesar de ter sido uma retenção, confirmando essa informação, que seria um equívoco no momento desse pagamento do INSS que ocorre sempre até o dia vinte do mês subsequente, temos que restituir a conta da Educação, temos que fazer esse acerto para colocar no balancete para demonstrar para vocês, mas a ideia é que as pendências que forem retidas em uma folha, sejam resolvidas na folha subsequente. A Presidente questionou os atrasos dos balancetes, pois dificulta o trabalho do Conselho. O sr. Secretário Júlio César falou que no começo do ano é sempre mais complexo, com a entrada de um novo orçamento, o relatório não está adequado com as informações e outras questões, como por exemplo: o VAAF, que em abril, recebemos um valor elevado do recurso. Os balancetes de maio estão prontos, aguardando a contadora retornar de férias para fazer a conferência e encaminhar para o Conselho. Estamos concluindo o mês de junho e acredito que entregaremos junto com o mês de maio, faltando entregar o mês de julho. A Presidente perguntou se os conselheiros tem mais alguma dúvida e a conselheira Roberta questionou a respeito de algumas transferências que aparecem para o CNPJ da Secretaria de Educação sendo que no Balancete é demonstrado o desconto para o BRASEG. O sr. Secretário Júlio César respondeu que as vezes tem um valor elevado para pagar, com várias fontes de recursos diferentes, transferindo para uma única conta para fazer o pagamento. Outra coisa que pode ocorrer é justamente aquela questão do INSS citada anteriormente, pagou-se o que era do FUNDEB e transferiu para uma conta de recursos próprios, fazendo a restituição desses pagamentos e que isso tudo é feito via sistema e muitas coisas só conseguimos visualizar com o extrato bancário. Quando acontecem esses pagamentos como eu falei do consignado com outra conta, em algum momento houve alguma falha ou equívoco, era para lançar FUNDEB e o servidor não observou e transferiu para outra conta da Educação. A Presidente alertou que isso não pode acontecer, o sr. Secretário Júlio César concordou, a Lei é clara e temos que obedecer o que está na Lei. A Legislação que é aprovada e apresentada não é a realidade de quem está executando, o ideal é ter excelência e isso não acontecer, mas quando acontece não há outro meio de corrigir a não ser fazendo essas transferências. A Presidente ressaltou que sempre que encontrar divergência o Conselho irá questionar. O sr. Secretário Júlio César falou que inclusive o erro pode acontecer ao inverso também, uma despesa que é recurso próprio e a pessoa entendeu que era FUNDEB e fez uma transferência para a conta do FUNDEB e o valor será devolvido para a conta. A Presidente mencionou que com a conta específica para o pagamento com recursos do FUNDEB, é melhor para fiscalizar, o sr. Secretário Júlio César concordou, que irá facilitar a fiscalização, porque a SEMEDE direcionou algumas folhas que deverão ser pagas com o FUNDEB, hoje a folha da Educação é aproximadamente 16 milhões, eu tenho a possibilidade de utilizar o recursos do Fundo, porém não recebemos 16 milhões por mês, então faltaria verba para o pagamento. A Educação direcionou algumas folhas, se não me engano, Magistério e Pré – Escolar, isso reduz a planilha, e será demonstrado para vocês o que realmente está sendo pago com Recursos do FUNDEB. Em seguida, a Conselheira Roberta questionou que outras dúvidas é em relação as nomenclaturas nas folhas de pagamentos para identificar os segmentos e sugere se não seria possível colocar o código. O Sr. Secretário Júlio César que respondeu, que irá providenciar a mudança nas próximas folhas. Continuando o sr. Secretário Júlio César ressaltou, que na verdade a grande preocupação é demonstrar para o Conselho o que determina a Lei, o que é 70% e o que é 30%. O limite hoje é no mínimo 70%, mas quando acontece de você equivocadamente registrar uma despesa que seria 30% no 70%, é como se tivesse gerando uma vantagem, obviamente aquele valor não é dos 70% e sim dos 30%, então isso é importante que se corrija para demonstrar o real percentual que está sendo aplicado dentro da legislação. A questão da nomenclatura é mais para vocês localizarem em relação ao funcionário. O sr. Secretário Júlio César se colocou a disposição do Conselho caso surjam dúvidas. Em seguida, a Conselheira Roberta perguntou para o Sr. Secretário Júlio César sobre a diferença de vinte centavos na folha de pagamento no mês de março no Pré - Escolar, o sr. Secretário Júlio César respondeu, que essa folha de pagamento chega para ele com dois dias de antecedência, e o um funcionário que fez os cálculos pode não ter observado. A Presidente ressaltou a importância dos conselheiros entenderem todo o processo, por isso a necessidade da reunião. Dando continuidade a Presidente perguntou ao sr. Secretário Júlio César sobre o SIOPE e o atraso no envio do mesmo. Ele respondeu que tiveram dificuldades com o fechamento do SIOPE 2020, dificuldades essa em atingir o percentual, pois muitas vezes trabalhávamos com troca de fundos de recursos, pagava com um valor e estornava e pagava-se com outro recurso. O acontece é que as vezes o SIOPE gera críticas que dentro nas suas notas contábeis não tem como

apresentar. Em 2020 o último bimestre gerou críticas e só no ano passado conseguimos enviar, no caso do SIOPE, só podemos avançar após o envio das informações anteriores, não deixamos de alimentar os outros anos, porém não podíamos enviar, enquanto não resolvesse as críticas de 2020. Com a mudança da Lei em 2021, o nosso orçamento que foi aprovado para o ano seguinte, não estava adequado para atender as despesas do Município, então na época foi executado até março, fizemos uma provocação à Educação, de que forma deveríamos proceder, na época era 60% o que a gente considerava e o que não era para considerar, tivemos o retorno em abril e fizemos o estorno daquilo que foi feito de janeiro a abril para fazer essa correção, sendo que os registros de janeiro e fevereiro foram feitos de forma diferentes, então alimentamos o SIOPE e encaminhamos para o FNDE, começando a gerar divergências e críticas. Fizemos as justificativas, e eles não aceitaram. Estamos adequando as informações dentro do SIOPE para retornar para a SEMEDE alimentar com as informações referentes aos funcionários e adequar essas informações enviadas para atualização até dezembro de 2021. O ano de 2022, acredito que não iremos ter esse problema com relação a registro de informações. A Presidente perguntou se percentual atingido que foi informado, não seria diferente quanto a aplicação na Educação. O sr. Secretário Júlio César respondeu, que na verdade temos apresentar o que realmente foi executado, não adianta informar que gastou 50% e dizer que gastou 70%, não existe a possibilidade de ficarmos abaixo dos 70%, pois, hoje basicamente na Lei do FUNDEB temos dois percentuais para atender que é os 70% e os 10% que pode ser reprogramado para o ano seguinte utilizar até abril. Hoje 100% do FUNDEB é com folha de pagamento do servidor da Educação. A Presidente solicitou que o sr. Secretário Júlio César esclareça para os conselheiros, a demora em resolver essas questões do SIOPE e o que recai para o Município em relação a esse atraso. O sr. Secretário Júlio César respondeu que na verdade tivemos esse atraso devido a situação relatada anteriormente, e em 2020 com a pandemia, vários prazos foram suspensos. Acredito que a partir do momento que conseguirmos atualizar as informações no sistema, estaremos enviando bimestralmente as informações. A Presidente perguntou se há uma previsão, o sr. Secretário Júlio César respondeu, que o primeiro bimestre de 2021 está quase pronto, porém estamos tendo que refazer toda contabilidade no padrão do SIOPE, porque a forma que foi feita a contabilidade o SIOPE não aceitou, quando o Wilson Tavares entrou em contato com o FNDE, começou a caminhar, mas quando chegou no 6º bimestre travou novamente, a partir do momento que isso for corrigido e enviado, o processo será rápido, não sei essa questão de prazo agora. O sr. Wilson Tavares informou que o prazo do SIOPE continua sendo agosto até setembro, a questão é que eles estão começando a condicionar para a liberação do VAAT, o que não trás prejuízo, pois não recebemos esse recurso, porém se acontecer do Município passar a ter direito, pode não receber por causa dessa pendência. Em seguida, o Sr. Secretário Júlio César ressaltou que estão trabalhando para solucionar esse problema, e mencionou que tem conversado com o Secretário de Educação sobre isso. O que está sendo feito é: corrigimos o arquivo e enviamos para a SEMEDE fazer as adequações, é verificado se há críticas ou não, se não gerar críticas é liberado para enviar o próximo, o problema é que são três técnicos, enviamos e-mail e aguardarmos a resposta as vezes leva uma semana para ser respondido, eles analisam e se necessário solicitam o envio de outros documentos. A Presidente falou enquanto Conselho temos que acompanhar o SIOPE e precisamos fazer essa cobrança, pedir agilidade e quais as ações que a SEMFAZ e a SEMEDE estão fazendo para que isso seja corrigido e possamos solucionar esse problema, pois o Conselho está atento a isso e logo seremos cobrados. O sr. Secretário Júlio César falou, que assim que terminarmos o 1º bimestre enviaremos para a SEMEDE, comunicaremos ao Conselho que foi feito o envio do 1º bimestre e iremos trabalhar os outros bimestres, com certeza em breve teremos uma resposta pra vocês. A servidora sra. Noélia Martins, perguntou ao sr. Secretário Júlio César se a previsão é até dezembro, se essa a meta que vocês estão dando agora para solucionar 2021, o sr. Secretário Júlio César respondeu, que essa é a ideia talvez até antes, depende, pois são três partes envolvidas. A Secretária Executiva Walmira Guimarães comunicou que tem uma pergunta da Conselheira Sheila Cristhiane que não conseguiu falar, pois houve um problema com o áudio, a pergunta é a seguinte: se há previsão de data, o sr. Secretário Júlio César falou: que não pode dar uma previsão, pois só pode falar pela Fazenda não pelos outros órgãos. O sr. Júlio Fernandes mencionou que prazo não podemos dar, acreditamos que antes do final do ano vamos conseguir resolver 2021, pois o que está travando 2021 é janeiro, fevereiro, março e abril que são os meses que contabilmente foram feitos da forma que o SIOPE não aceita. Esses meses estão

sendo refeitos, e outras demandas surgem, como exemplo, a folha de pagamento da saúde, não só o SIOPE é uma emergência, são coisas que precisam ser resolvidas, mas não podemos deixar de empenhar uma folha da saúde em prol do SIOPE. Dar uma data específica, infelizmente não tem como, mas na verdade liberando o 1º bimestre, saberemos a linha a seguir até final do ano. A Presidente perguntou se mas alguém quer falar. O sr Wilson Tavares complementando o que falou o Secretário Júlio César, que na contabilidade, é aceito o que chamamos de estorno, faço um determinado pagamento em um mês e no outro mês faço o estorno, o SIOPE não está preparado, para esse estorno, para ele tem que ser mês a mês, eles ainda não conseguiram adequar o sistema e como o próprio Júlio Fernandes falou o que é feito não está errado, do ponto de vista da contabilidade, mas ao mesmo tempo o SIOPE está obedecendo um padrão e não consegue entender as informações enviadas e também não adianta o SIOPE simplesmente liberar uma informação de forma que vai cair no sistema e demonstrar para a sociedade uma informação totalmente distorcida, então na realidade o que está ocorrendo é que tanto para o Município como para o FNDE, o FNDE precisa adaptar o sistema para estar contemplando essa situação. Essa semana estava vendo um evento que acontece de vez em quando, que o próprio anexo 8, que a questão do ressarcimento, não previa, o único dinheiro que pode entrar nessa conta é o crédito do Governo Federal, outro exemplo é a rendabilidade daquele dinheiro, mas só agora eles criaram esse terceiro evento. O sr. Secretário Júlio César explicou que no SIOPE, no caso dessa restituição como aplicação financeira, quando acontece uma aplicação equivocada, o sistema ainda não esta adequado. O sr. Júlio Fernandes relatou, que quando foram ao treinamento do Governo Federal em São Paulo, ele fez esse questionamento, responderam que a ferramenta já estava pronta, como eu falei estamos sujeito a errar, isso acontece, um exemplo em dezembro pagou-se uma despesa como FUNDEB e verificou-se que não era, em janeiro tivemos que devolver. O sr. Wilson falou, o que precisa é uma adequação do FNDE, mas isso ainda demora, você abre um chamado e as vezes demora até um mês, pra eles responderem, então você fica impedido de enviar o arquivo. A Presidente falou que o Conselho entende mas que precisam solucionar um problema que está se estendendo. Mencionou também que a Conselheira Sheila pediu que colocássemos um áudio dela, pois não conseguiu falar. “A Conselheira Sheila relatou que compreendeu perfeitamente que existem outras prioridades, que não podem estipular uma data fixa, mas precisamos de uma previsão, entende que no setor público têm muitas demandas, podemos cumprir ou não, mas precisamos ter uma previsão, pois a nossa função é justamente trabalhar nesse acompanhamento, ainda que essa demanda não seja atendida, eu acho que é valido termos uma noção dos próximos passos.” O sr. Secretário Júlio César perguntou se o Conselho já tem uma data para a próxima reunião, a Presidente respondeu que é dia 17 de agosto, o sr. Secretário vai está informando para o Conselho de que forma tudo está sendo encaminhado, e se for possível, uma previsão pra o envio do 1º bimestre de 2021. Dando continuidade, a Presidente questionou ao Secretário uma notícia que saiu na mídia sobre o Ostraprev, em relação ao repasse de 24 milhões que o Município deixou de repassar para o Instituto. O sr. Wilson Tavares foi quem respondeu, que na realidade o Executivo enviou a Lei para o Legislativo para se alterar a contribuição tanto do patronal como do segurado e isso não foi votado, o sr. Secretário Júlio César complementou a fala do sr. Wilson Tavares, que existe uma mudança na legislação e os Municípios precisam se adequar. Na época o Executivo enviou um projeto para o Legislativo para que fosse votado, que seria um aumento do patronal e dos segurados, porém não foi votado, o município fez a sua parte dele, cada um tem a sua obrigação na cidade, por que o que cabe ao município, ele cumpriu, pois o Executivo não trabalha sozinho. O sr. Wilson mencionou que o sindicato ajuizou uma ação pra estar cobrando essa situação, se tiver alguma ação judicial vai notificar o Legislativo para estar respondendo. Lembra que, essa questão dos 24 milhões foi colocada em alguma reunião do Ostraprev. O sr. Secretário Júlio César pontuou que jamais o Executivo deixou de cumprir com a obrigação de pagar o percentual que está estipulado na Lei ou reteve do servidor e não repassou. A conselheira Roberta perguntou sobre a conta transitória que no mês de maio, recebeu recursos de outras contas, se não me engano foi 25%. O sr. Secretário Júlio César informou que no dia de pagar a folha da Educação, essa segregação a gente faz no momento da contabilização do pagamento da folha, o que era ordinário foi feito junto por que ainda não existia um arquivo separado, só dos servidores do FUNDEB, e pagou a todos os servidores juntos. Atualmente existe um arquivo separado só do FUNDEB. A sra. Noélia, perguntou se a partir de agosto vai começar a vir a folha separada só com o FUNDEB, o sr. Secretário respondeu que acredita, que

a partir de junho e julho não entrará recursos adversos. O que encontrarem de anormal podem questionar, estaremos sempre prontos para justificar e esclarecer. Gostaríamos de está aqui em todos os questionamentos, esclarecendo principalmente nessa questão do SIOPE, mas tem coisa que não depende só de nós, nessa questão do SIOPE, são duas Secretarias e mais um órgão externo que é o FNDE. A Presidente ressalta que o Conselho está fazendo o seu papel, o sr. Secretário Júlio César entende que a cobrança tem que vir do Conselho e pede compreensão, a ideia é deixar isso pronto o mais rápido possível, como nesse momento não temos como dar um prazo, entraremos em contato com vocês para atualizar os próximos passos. A Presidente agradece ao sr. Secretário Júlio César e aos presentes, em nome do Conselho. Nada mais a ser tratado a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta e sete minutos, a presente Ata foi lavrada por mim, secretária-executiva Walmira Guimarães, que após lida e aprovada, será assinada pela presidente e apensados a esta, a lista de presença com assinatura dos conselheiros que se encontravam, na sede da SEMEDE, bem como o print da tela constando os conselheiros que participaram por videoconferência.

Rio das Ostras, 04 de agosto de 2023


Marta Janete Martins Guimarães Mattos
Presidente do CACS - FUNDEB
Gestão - 2023-2026